

Demonstrações Financeiras

**SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO
ELETRÔNICO S.A.**

Sumário

Relatório da Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado dos Exercícios.....	5
Demonstração do Resultado Abrangente acumulado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Prejuízo acumulado de R\$ 6.445 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 117.030 mil e Ativos Totais de R\$ 122.881 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de março de 2026

Diretoria

Balço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

ATIVO				PASSIVO			
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		42.409	57.132	Circulante		5.761	6.297
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.734	46.971	Contas a Pagar	12	2.939	1.491
Contas a Receber	7	5.941	6.430	Outras Obrigações		2.822	4.806
Outros Créditos	8	10.734	3.731	Impostos e obrigações a recolher	13	703	936
				Obrigações Trabalhistas		2.112	3.863
				Dividendos à Pagar	14c	-	7
				Contas a Repassar - Consignado		7	-
Não Circulante		80.472	72.908	Não Circulante		90	182
Ativos Financeiros - VJORA	9	67.834	59.073	Outras Obrigações		90	182
Outros Créditos	8	87	35	Passivos Fiscais Diferidos	22e	46	90
Ativos fiscais diferidos	8	4.032	529	Passivos Contingentes	15	44	31
Imobilizado de uso	10	89	55	Outras Provisões		-	61
Intangível	11	8.430	13.216	Total Passivo		5.851	6.479
				Patrimônio Líquido			
				Capital social		62.000	62.000
				Reservas de lucros	14b	54.941	61.386
				Ajuste de avaliação patrimonial		89	175
				Total Patrimônio Líquido		117.030	123.561
Total do Ativo		122.881	130.040	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		122.881	130.040

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Receitas / (Despesas) Operacionais	-	10.014	22.662
- Receitas de Prestação de Serviços	16	11.292	26.097
- Impostos e Contribuições sobre Serviços	17	(1.278)	(3.435)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(33.728)	(32.776)
- Despesas Administrativas	18	(20.620)	(16.627)
- Despesas com Pessoal	19	(12.597)	(16.282)
- Despesas Tributárias	17	(539)	(10)
- Outras Receitas e Despesas Operacionais	20	28	143
Resultado Financeiro		13.766	11.184
- Receitas Financeiras	21	14.020	11.672
- Despesas financeiras	21	(254)	(488)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(9.948)	1.070
- Imposto de Renda e Contribuição Social	22b	3.503	(349)
(Prejuízos)/Lucros acumulados do Exercício		(6.445)	721
Número de ações		2.632.579	2.632.579
(Prejuízos)/Lucros acumulados por ações em R\$		(2,45)	0,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
(Prejuízos)/Lucros do Exercício	(6.445)	721
Outros Resultados Abrangentes	86	172
Ajuste de Avaliação Patrimonial	86	172
Total do Resultado Abrangente	(6.359)	893

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		50.000	23.044	49.628	3	-	122.675
Aumento de Capital Social	14a	12.000	(12.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	721	721
Ajustes de Instrumentos Financeiros		-	-	-	172	-	172
Destinações:		-	-	-	-	-	-
- Reservas		-	36	678	-	(714)	-
- Dividendos Propostos	14b	-	-	-	-	(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		62.000	11.080	50.306	175	-	123.561
(Prejuízos)/Lucros Acumulado do Exercício		-	-	-	-	(6.445)	(6.445)
Ajustes de Instrumentos Financeiros		-	-	-	(86)	-	(86)
Absorção de Prejuízos com reservas		-	-	(6.445)	-	6.445	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		62.000	11.080	43.861	89	-	117.030

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
(Prejuízos)/Lucros Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.948)	1.070
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	4.999	5.110
Depreciação e Amortização	5.080	5.177
(Reversão) de Perda Esperada	(29)	(26)
(Reversões)/Constituições de Provisões Cíveis	(48)	(35)
(Constituição)/Reversão de Impairment	(4)	(6)
(Prejuízos)/Lucros Líquido Ajustado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.949)	6.180
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	518	(4.479)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	(8.891)	(6.138)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(7.239)	(2.676)
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	183	(233)
Aumento/(Redução) em Contas a Pagar	1.454	910
Aumento/(Redução) em Impostos e obrigações a recolher	(232)	588
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.751)	5.073
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(2.958)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(20.907)	(3.733)
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Intangível	(249)	-
Aquisição de Imobilizado	(74)	(41)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(323)	(41)
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(7)	(453)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(7)	(453)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.237)	(4.227)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	46.971	51.198
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	25.734	46.971
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.237)	(4.227)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (“ShopFácil” ou “Sociedade”) é uma Sociedade que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4o andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 25 março 2026.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e certificados de depósitos bancários (CDB), cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja

igual ou inferior a 90 dias e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4 Contas a receber

São representados por recebíveis que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

2.5 Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido), (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurado ao custo amortizado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), que corresponde a pagamentos de principal e juros. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7 Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10

2.8 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos de vida útil
Marcas e patentes	3 a 20
Custos de desenvolvimento capitalizados	2 a 5
Carteira de clientes	4 a 5

2.9 Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por

recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas

2.10 Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11 Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas certificadas de depósitos Bancários e Letras Financeiras. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada

sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais ativos e passivos diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos estão apresentados na Nota 21.

2.13 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14 Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

2.15 Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados.

2.16 Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de

preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.17 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas

na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16 – reconhecimento de receita: se a receita de produtos de papel feitos

sob encomenda é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

i. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Notas explicativas 15 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota Explicativa 22 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Certificados em Depósitos Bancários - CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	25.734	46.971
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	25.734	46.971

⁽¹⁾ Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento da caixa. Conforme conta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

7. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Serviços Prestados a Receber - Intermediações de Pagamentos	5.941	6.459
Perda Esperada	-	(29)
Total	5.941	6.430

b) Contas a receber por prazo

Em 31 de dezembro

	2025	A vencer em 30 dias	2024
Intermediações nos Pagamentos	5.941	5.941	6.459
Total de Serviços Prestados	5.941	5.941	6.459
Perda Esperada	-	-	(29)
Total Líquido a Receber	5.941	5.941	6.430

8. OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Impostos e Contribuições a Compensar (Nota 21e)	4.850	3.142
Ativos fiscais diferidos (Nota 22c)	4.032	529
Despesas Antecipadas	357	540
Depósitos Judiciais	87	35
Adiantamentos e antecipações salariais	19	46
Outros créditos ⁽¹⁾	5.508	3
Total	14.853	4.295

(1) Referem-se a antecipações à clientes.

9. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro

Títulos	Acima de 360 dias	Valor justo/ Contábil ⁽¹⁾	Valor de custo Atualizado	Ajuste a valor justo
Letras Financeiras	67.834	67.834	67.696	138
Total em 2025	67.834	67.834	67.696	138
Total em 2024	59.073	59.073	58.808	265

(1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotação de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

a) Composição por classe de imobilizado de uso

Em 31 de dezembro

	R\$ mil					
	Taxa Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Impairment	Custo líquido de depreciação	
					Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Móveis e utensílios	10%	6	(4)	-	2	2
Equipamentos de informática	20%	244	(157)	-	87	53
Total em 2025		250	(161)	-	89	-
Total em 2024		175	(116)	(4)	-	55

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

Em 31 de dezembro

	R\$ mil		
	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	53	2	55
Adições	74	-	74
Reversão de redução ao valor recuperável	5	-	5
Depreciação	(44)	(1)	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	88	1	89

11. INTANGÍVEL

a) Composição por classe de intangível

Em 31 de dezembro

	Taxa Anual	Custo	Amortização	R\$ mil	
				Custo líquido de amortização	
				Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Software em uso	20%	29.584	(21.199)	8.385	13.171
Marcas e Patentes	Pelo contrato	45	-	45	45
Total em 2025		29.629	(21.199)	8.430	
Total em 2024		29.380	(16.164)		13.216

b) Movimentação líquida do intangível por classe

Em 31 de dezembro

	R\$ mil		
	Software em uso	Marcas e Patentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.171	45	13.216
Adições	249	-	249
Amortização	(5.035)	-	(5.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.385	45	8.430

12. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Provisão taxa de transação ⁽³⁾	2.676	280
Serviços especializados, manutenção e mídia ⁽¹⁾	230	831
Outros	33	23
Provisão de Incentivo de Marketing ⁽²⁾	-	357
Total	2.939	1.491

(1) Referem-se a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o marketing da empresa;

(2) Refere-se a recurso obtido da Bandeira para utilização em campanha promocional;

(3) Refere-se a provisão de despesa da taxa MDR, que é uma porcentagem do valor da transação do serviço de intermediação de vendas - aplicativo, para cada pagamento realizado.

13. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Encargos sociais	308	661
PIS e COFINS sobre faturamento	310	224
Imposto sobre serviço	47	38
Outras obrigações a recolher	36	13
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2	-
Total	703	936

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Ordinárias	2.632.579	2.632.579
Total	2.632.579	2.632.579

Em Ata Sumária da Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizada em 25 de abril de 2024, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 12.000, elevando-o de R\$ 50.000, para R\$ 62.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros – Reserva Legal", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de Lucro

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Reservas de Lucros	54.941	61.386
Reserva Legal ⁽¹⁾	11.080	11.080
Reserva Estatutária ⁽²⁾	43.861	50.306

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros

ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. (art.199)

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro				
	2025	% ⁽¹⁾	2024	% ⁽¹⁾
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	(6.445)		721	
Reserva Legal	-		(36)	
Reserva Estatutária	(6.445)		-	
Base de Cálculo	(6.445)		685	
Dividendos mínimos obrigatórios	0	1	7	1

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo

15. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes Cíveis classificados como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição

Movimentação das provisões: Cíveis

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
No início do período	31	66
Atualização monetária	6	(35)
Constituições Liquidadas de reversões e baixas	42	-
Pagamentos	(36)	-
No final do período	44	31

c) Passivos Contingentes Cíveis classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos

contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025 R\$ 46 (2024 – R\$ 63).

16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Intermediação de meios de pagamentos	-	17.299
Intermediação de Vendas - Aplicativo	11.292	8.798
Total	11.292	26.097

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Contribuição à COFINS	863	2.393
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	227	523
Contribuição ao PIS	188	519
Outros Impostos	539	10
Total	1.817	3.445

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Publicidade e propaganda	8.740	7.579
Depreciações e amortizações	5.080	5.177
Assessoria técnica em processamento de dados	2.876	2.068
Serviços de terceiros	1.768	1.402
Serviços especializados	1.227	361
(Constituição)/Reversão de Impairment	(4)	(6)
Outras despesas	933	46
Total	20.620	16.627

19. DESPESAS COM PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Proventos	7.540	10.920
Benefícios	2.107	2.132
Encargos sociais	2.790	3.117
Outros	160	113
Total	12.597	16.282

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Descontos concedidos	(7)	(30)
Reversões de provisões	35	173
Total	28	143

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Rendimento em Letras Financeiras	8.888	6.138
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários - CDB	5.132	5.534
Despesas Financeiras	(254)	(488)
Total	13.766	11.184

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.948)	1.070
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	3.382	(364)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	121	(12)
Outros ⁽¹⁾	-	27
Imposto de renda e contribuição social do exercício	3.503	(349)

(1) Refere-se basicamente aos incentivos fiscais e o efeito do adicional de IR (10%)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	(674)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	678	325
Constituição no período sobre:		
Base Negativa de Contribuição Social	748	-
Prejuízo Fiscal	2.077	-
Total dos impostos diferidos	3.503	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	3.503	(349)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

O registro contábil dos ativos fiscais diferidos foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	-	(10)	-
Provisões cíveis	10	5	-	15
Provisão Marketplace	116	834	(40)	910
Outros	393	282	(393)	282
Total dos créditos tributários	529	1.121	(443)	1.207
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	2.825	-	2.825
Total dos ativos fiscais diferidos	529	3.946	(443)	4.032
Obrigações Diferidas	90	-	(44)	46
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	439	3.946	(399)	3.986

d) Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias

O registro contábil dos ativos fiscais diferidos foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. A ativação está baseada na projeção de resultados futuros e em estudo técnico realizado com a finalidade de verificar o período da realização dos referidos ativos fiscais diferidos.

O resultado do estudo técnico e das projeções de resultados futuros demonstrou que a realização dos ativos fiscais diferidos provenientes do imposto de renda e da contribuição social, conforme tabela a seguir:

Exercícios findos em 31 de dezembro

Ano	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	279	101	-	-	380
2027	73	26	-	-	99
2028	67	24	-	-	91
2029	67	24	30	11	132
2030	67	24	-	-	91
2031	67	24	-	-	91
2032	67	24	-	-	91
2033	67	24	730	263	1.084
2034	67	24	840	302	1.233
2035	67	24	477	172	740
Total	888	319	2.077	748	4.032

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 3.233 (2024 – R\$ 506), sendo R\$ 1.065 mil (2024 – R\$ 506) de diferenças temporárias e R\$ 2.168 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os ativos fiscais diferidos da Sociedade foram devidamente ativados.

Todos os ativos fiscais diferidos da Sociedade foram devidamente ativados.

e) Tributos a compensar ou recuperar

	Saldo em 31.12.2024	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2025
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	90	-	(44)	46
Total dos impostos diferidos (Nota 19d)	90	-	(44)	46

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Controladores ^{(1) (2)}	
	2025	2024
Ativos		
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.734	46.971
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	67.834	59.073
Passivos		
Dividendos a pagar	-	(7)

(1) Banco Bradesco S.A., Bradesco Holding de Investimento S.A;

(2) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Exercício findo em 31 de dezembro

	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e controladas ⁽²⁾	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras	(14.020)	(11.672)	-	-
Despesas com Pessoal	-	-	2.054	2.099

(1) Banco Bradesco S.A.

(2) Alelo S.A., Bradesco Saúde S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Seguros S.A., Lívolo S.A.; Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Nos exercícios 2025 e 2024, a Sociedade não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
- b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Rodrigo Jose Youssef - Contador – CRC 1SP269660/O-3



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

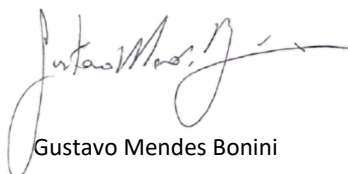
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Gustavo Mendes Bonini

Contador CRC 1SP-296875/O-4